



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ – POLÍCIA FEDERAL**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 FUNDAMENTOS LEGAIS**

- 1.1 A contratação do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de julho de 2002 e nos decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005 – “Pregão Eletrônico” e Decreto nº 3.555, de 08 de Agosto de 2000, e subsidiariamente nas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as demais condições e exigências contidas neste documento.
- 1.2 O presente documento foi elaborado em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e com os princípios contidos nos instrumentos legais vigentes referentes a contratações no âmbito da Administração Pública Federal, notadamente, a Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 1.3 Desse modo, o planejamento aqui descrito contém os elementos essenciais fixados nas referidas normas, descritos de forma a subsidiar a instrução do procedimento licitatório e a participação dos interessados em concorrer no certame.

**2 DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 2.1 Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em gerência de projetos na área de tecnologia da informação – na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais, sem dedicação exclusiva de mão de obra – de acordo com a MGP-PF (Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Polícia Federal), que se encontra no Anexo 1, e com pagamento fixo mensal por projeto.
- 2.2 A opção por item único se justifica no fato de o serviço a ser prestado conforme se detalha no item 12.1 é composto pela entrega de partes integradas e indissociáveis que, no conjunto, formam o elemento objeto de controle: o projeto; cujo conhecimento requerido para a elaboração baseia-se nas mesmas fontes: Guia PMBOK e MGP-PF.
- 2.3 Deste ponto em diante, o termo CONTRATADA designa a empresa contratada para execução dos serviços especificados neste Termo de Referência. O termo CONTRATANTE designa a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Polícia Federal – CGTI/DPF. O termo LICITANTE designa qualquer empresa interessada em participar do presente certame e que reúna as condições estabelecidas. Ainda, o termo PF designa a Polícia Federal.

**3 OBJETIVO**

- 3.1 O objetivo da presente contratação é prover a CONTRATANTE com serviços especializados que viabilizem suas atividades, especificamente no que tange ao gerenciamento dos projetos definidos no seu PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação).



## 4 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

4.1.1 A Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, que define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal, atribuiu à CONTRATANTE, em seu art. 181, inciso II, dotar o DPF de sistemas informatizados integrados, com atualização tecnológica contínua, capazes de proporcionar o controle gerencial das atividades das áreas policial e administrativa.

4.1.2 O Planejamento Estratégico institucional no Objetivo Estratégico 9.8 - Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação, Ação Estratégica 9.8.1 - Alinhamento da TI à Gestão Policial, impõe à CGTI:

“Planejar, aplicar e controlar os recursos de Tecnologia da Informação, gerindo com eficiência os sistemas de informação, e alinhando-se estrategicamente aos objetivos da Administração, no sentido de emprestar o apoio tecnológico necessário à consecução dos projetos e atividades da Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados” (*Plano Estratégico PF 2010 / 2022*).

4.1.3 Todavia, a Polícia Federal não dispõe de quadros técnicos especializados para execução da missão que lhe é atribuída, precisando recorrer à execução indireta, mediante contratos.

4.1.4 Um dos serviços especializados necessário ao cumprimento da missão da CONTRATANTE é a gerência de projetos, cujo processo é disciplinado pela MGP-PF, mencionada anteriormente. O braço operacional desse processo é executado por serviços terceirizados cujo contrato (Contrato 15/2010) alcançará seu limite legal de vigência em 14/4/2015.

4.1.5 Durante a vigência do referido contrato tem-se o seguinte histórico de atividades:

SITUAÇÃO DOS PROJETOS	QUANTIDADE
Projetos concluídos	26
Projetos cancelados	13
Projetos paralisados	15
Projetos em andamento	20
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>

*Tabela 1- Situação da Carteira de Projetos em 08/01/2015*

4.1.6 Pelos dados acima, tem-se em carteira 35 projetos de TI que demandam atuação (em andamento e paralisados). Essa situação tem se mantido estável durante este ano, mas pode modificar-se a qualquer momento em função de novas demandas ou cancelamento de projetos por razões orçamentárias ou operacionais.

4.1.7 A prática de gerência de projetos na CONTRATANTE é um processo consolidado, com métodos, ambiente de trabalho e ferramentas de apoio bem estabelecidos e praticados. O processo se materializa por intermédio da produção dos artefatos de projeto: termo de abertura; plano de projeto; monitoramento de controle; termos de entregas e termo de encerramento, conforme define a MGP-PF.



O resultado disso é a previsibilidade e o controle que se tem sobre os trabalhos em execução. A execução dos projetos se completa por meio de outros processos da CONTRATANTE que, normalmente, são objetos de outros contratos: fábricas de softwares; suporte técnico e atividades de apoio. Os projetos de TI são definidos no PDTI, conforme decisões do Comitê Gestor de TI.

- 4.1.8 Pelo exposto, constata-se que a CONTRATANTE pratica um processo de trabalho de natureza contínua plenamente estabelecido que se viabiliza por meio de contrato de serviços especializados sem o qual o processo fica inviável. O atual contrato tem validade até abril/2015. Por isso, justifica-se o novo contrato.

#### **4.2 DOS RESULTADOS ESPERADOS COM A CONTRATAÇÃO**

- 4.2.1 Viabilidade para o exercício do processo de gerência de projetos, possibilitando a execução do PDTI com emprego de boas práticas de trabalho, conforme orienta os órgãos de controle da APF (Administração Pública Federal) e especifica a MGP/PF.
- 4.2.2 Previsibilidade e transparência do processo, facilitando o controle e contribuindo para o alto desempenho da CONTRATANTE.

### **5 PARTICIPAÇÃO**

- 5.1 Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências.
- 5.2 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
- 5.2.1 que tenham contrato com a CONTRATANTE para desenvolvimento ou sustentação de sistemas de informação. Isso visa evitar conflitos de interesse, pois o processo de trabalho da CONTRATANTE distingue a gerência de projetos como o processo que supervisiona as atividades de projeto demandadas para outros contratos de sua área de atuação;
- 5.2.2 reunidas em consórcio ou que estejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 5.2.3 em recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 5.2.4 que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso;
- 5.2.5 que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, bem como impedida de licitar e contratar com a PF; e
- 5.2.6 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

### **6 TIPO DE CONTRATAÇÃO**

- 6.1 Trata-se de previsão para contratação de serviços de TI cujos padrões de desempenho e qualidade



podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, uma vez que o serviço será executado por meio de suporte computacional específico e padronizado seguindo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos conforme se detalha no item 2.2 e referências. Ademais, a natureza dos serviços enquadram-se nas exigências estabelecidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto nº 3.555, de 31 de maio de 2005, resultando na estratégia de realização de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO.

- 6.2 Assevera-se, ainda, que o posicionamento adotado está positivado no Ato Normativo que rege as contratações de serviços de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, do qual Polícia Federal é integrante. Além disso, está positivado também pelo próprio TCU que, considerando a ausência de definição normativa do que seriam serviços de natureza predominantemente intelectual, fornece algumas diretrizes para sua definição, conforme entendimento manifestado no voto do Ministro-relator do Acórdão nº 2.471/2008 – TCU – Plenário a respeito: *“17. (...) Aduzo que tal natureza é típica daqueles serviços em que a arte e a racionalidade humana são essenciais para sua execução satisfatória. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos.”* Por essa definição, o PREGÃO ELETRÔNICO se aplica na presente contratação porque o serviço a ser executado não é de natureza predominantemente intelectual, conforme está consignado no item anterior, 6.1.

## **7 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

- 7.1 A proposta deverá conter o valor unitário mensal por projeto e o valor total da proposta, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, nele incluídos todos os impostos, taxas, salários, encargos sociais e trabalhistas, contribuições previdenciárias e demais obrigações e despesas de qualquer natureza necessária à perfeita execução dos serviços especificados no objeto desta licitação.
- 7.2 A proposta deverá indicar o nome ou a razão social e CNPJ da proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico para contato, bem como identificação e cargo do responsável.
- 7.3 Da proposta deverá constar seu prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação, e a planilha detalhada de composição de custos e formação de preços, nos moldes apresentados no Anexo 2 deste Termo de Referência, a qual servirá apenas como modelo, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a apresentação.
- 7.4 A planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada no momento da aceitação do lance vencedor, em que poderá ser ajustada para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto, na forma prevista no art. 24 da IN 02/2008 SLTI/MPOG.
- 7.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os serviços ser prestados à PF sem ônus adicional.
- 7.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos,



sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

- 7.7 A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte da LICITANTE, das condições estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.

## **8 DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

- 8.1 A qualificação técnica deverá ser comprovada pela LICITANTE vencedora da fase de lances com a apresentação de atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a LICITANTE executou serviços semelhantes para o desempenho de atividade compatível o objeto definido neste Termo de Referência e seus Anexos, de acordo com os seguintes requisitos técnicos: o conjunto de atestados deve comprovar experiência na execução de, no mínimo, 5 (cinco) projetos e 10000 (dez mil) horas de prática em gerência de projetos baseada no Guia PMBOK, publicado pelo PMI – Project Management Institute.
- 8.2 Como justificativa do item anterior, entende-se que a permissão normativa do art. 19, §5º da IN nº 02/2008 – SLTI/MPOG, que estabelece que a Administração Pública poderá exigir do licitante comprovação de que tenha executado serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a três anos, não será exigida na presente contratação porque o processo de trabalho detalhado no item 12.1, já experimentado na vigência do contrato anterior, provou ser de fácil assimilação e aplicação. Isso ficou evidente no baixo impacto na continuidade dos serviços decorrente das frequentes substituições de colaboradores por parte do fornecedor. Essa constatação associada ao que se exige no item 16.3 dá segurança para assumir como suficiente o que se expressa no item 8.1 e com a vantagem de ampliar a participação de interessados na licitação.
- 8.3 Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência a critério da PF, para verificação da autenticidade do conteúdo e da execução satisfatória de objeto compatível com as características do objeto licitado, tanto do ponto de vista do processo de gerência de projetos e das normas técnicas que regulamentam esses serviços, quanto da quantidade e nível de satisfação das empresas emissoras.
- 8.4 Caso seja apurada alguma divergência entre os termos do atestado de capacidade técnica e a realidade constatada nas diligências, além da desclassificação no certame, a LICITANTE estará sujeita às penalidades cabíveis.
- 8.5 Caso os atestados sejam emitidos por pessoa de direito público privado, não serão aceitos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da LICITANTE. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial aquelas controladas ou controladoras da LICITANTE, ou que tenha pelo menos uma pessoa jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a LICITANTE ou empresa emitente do atestado.

## **9 DA VISTORIA**

- 9.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de suas propostas, as LICITANTES poderão proceder vistoria nos locais onde serão executados os serviços, examinando as áreas e tomando ciência das características, peculiaridades e grau de dificuldades dos serviços a serem contratados. As vistorias deverão ocorrer nas dependências da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do



Departamento de Polícia Federal, CGTI/DPF, localizada no SAIS, Quadra 7, Lote 23, Brasília/DF, CEP 70610-200. Realizada a vistoria, será firmada a DECLARAÇÃO DE VISTORIA, Anexo 3, deste documento, em conformidade com o inciso III, do art. 30, da Lei nº 8.666/1993.

- 9.2 Alternativamente, as licitantes poderão emitir Declaração própria de que a empresa abdicou do direito de tomar ciência e de examinar a área onde os serviços serão prestados, bem como suas características e peculiaridades, constituindo-se em prerrogativa dos interessados conhecerem os locais de execução dos serviços decorrentes deste Termo de Referência.
- 9.3 A vistoria não será obrigatória, porém será exigida para habilitação técnica da empresa vencedora a Declaração de Vistoria emitida pela CONTRATANTE no ato de sua realização ou a Declaração de que a empresa LICITANTE abdicou do direito de tomar ciência e de examinar a área onde os serviços serão prestados, bem como suas características e peculiaridades, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, posto que, não será admitida qualquer alegação posterior, para qualquer fim, de desconhecimento da LICITANTE sobre as condições do local para a realização dos trabalhos decorrentes da licitação, devendo a LICITANTE comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da vistoria realizada, conforme termo constante do Anexo 3 – Declaração de Vistoria.
- 9.4 A vistoria deverá ser previamente agendada com a equipe técnica da CGTI/DPF, através do e-mail [cgti@dpf.gov.br](mailto:cgti@dpf.gov.br) ou telefone (61) 2024.9101, em dias úteis, no prazo iniciado no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 9.5 Para a vistoria, o LICITANTE, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## 10 ESTIMATIVA DO VOLUME DE SERVIÇOS

- 10.1 A presente estimativa baseia-se no histórico de trabalho do Escritório de Projetos da LICITANTE praticado nos últimos 5 (cinco) anos, cujos dados são apresentados a seguir:

10.1.1 **Situação da carteira de projetos:** vide item 4.1.5.

10.1.2 **Média histórica de projetos em execução:**

ANO	MÉDIA MENSAL DE PROJETOS EM EXECUÇÃO
2010	22
2011	34
2012	34
2013	35
2014	25
<b>Média</b>	<b>30</b>



*Tabela 2 - Média histórica de projetos em execução*

- 10.1.3 **Duração média dos projetos concluídos:** 31 (trinta e um) meses.
- 10.1.4 **Quantidade de pessoas do contrato atual:** 1 (um) preposto e 4 (quatro) analistas de projeto com formação superior na área de TI ou pós-graduação nessa área e sólido conhecimento – no mínimo 1 (um) ano de experiência – em gerência de projeto baseada em PMBOK, MGP-PF (conhecimento provido pela CONTRATANTE), e acuidade de redação em língua portuguesa. Essa configuração permite a média de 6 (seis) projetos por colaborador.
- 10.1.5 **Valor médio mensal por projeto:** R\$ 1.739,66 (mil setecentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos). Embora o contrato atual tenha preço fixo mensal, os dados aqui apresentados permitem inferir esse valor médio por projeto, conforme o seguinte cálculo: Valor atual do contrato / Média dos contratos em execução no período de 5 (cinco) anos, ou seja: R\$ 52.190,00 / 30.
- 10.2 A CONTRATANTE estima ter, em média, 40 (quarenta) projetos em execução simultânea, por mês, para atender de forma sustentável às demandas previstas no PDTI.

## **11 DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

- 11.1 A CONTRATADA garantirá a conformidade dos produtos (artefatos de projeto especificados na MGP-PF) dos serviços prestados durante toda a vigência do Contrato. Nesse período a CONTRATADA se obriga a corrigir quaisquer não conformidades encontradas.

## **12 ELEMENTOS PARA GESTÃO**

### **12.1 O PROCESSO DE TRABALHO**

- 12.2 O processo de trabalho do Escritório de Projetos da CONTRATANTE baseia-se na MGP-PF e tem suas atividades controladas por meio de Ordens de Serviços eletrônicas (vide modelo no Anexo 4), conforme se detalha a seguir:

- 12.2.1 o fluxo ordinário de atividades se inicia com a ordem para elaborar o TAP (Termo de Abertura do Projeto);
- 12.2.2 o próximo passo é a ordem para a elaboração do Plano de Projeto;
- 12.2.3 em seguida emite-se a ordem de serviço para o monitoramento e controle do projeto; e
- 12.2.4 por último, a ordem para o TEP (Termo de Encerramento do Projeto).

- 12.3 O cumprimento dessas atividades se dá por meio de interação com os demais envolvidos no projeto cuja composição varia de acordo com o objetivo pretendido, conforme expresso em Plano de Projeto.

- 12.4 Nesse contexto, o Escritório de Projetos gerencia os projetos utilizando-se da seguinte prática:

- 12.4.1 emite Ordens de Serviço para os demais participantes (fábrica de software, apoio técnico, gestores, etc) do projeto de acordo com a definição de tarefas do Plano de Projeto;



12.4.2 acompanha o desenvolvimento dessas Ordens de Serviço; e

12.4.3 realiza reuniões de controle do projeto.

12.5 A prática de trabalho se materializa pelo emprego de softwares de apoio, quais sejam:

12.5.1 sistema de gestão de projetos - permite a criação e gestão dos artefatos de projeto (TAP, Plano de Projeto, Status Report, Termos de Aceite e Termo de Encerramento);

12.5.2 sistema de Ordem de Serviço – controle das Ordens de Serviços tanto as referentes às atividades de projeto (emitidas conforme o Plano de Projeto) como ordens de outras naturezas administrativas do Escritório de Projetos;

12.5.3 correio eletrônico – auxiliar do processo de comunicação; e

12.5.4 ferramentas de escritório (pacote Office) – textos, planilhas e apresentações de apoio ao trabalho.

12.6 A supervisão desse processo de trabalho é feita por servidor da CONTRATANTE que administra o braço operacional terceirizado de suporte à gestão de projetos, ora objeto desta licitação, utilizando-se das Ordens de Serviço cuja natureza seja do contexto de gestão de projeto.

12.7 O Escritório de Projetos da CONTRATANTE, em autoanálise de maturidade realizada anualmente no site [www.maturityresearch.com/novosite/pesquisa](http://www.maturityresearch.com/novosite/pesquisa), tem mantido o nível de maturidade 4 (quatro) em escala de 1 (um) a 5 (cinco).

## 12.8 FISCALIZAÇÃO

12.8.1 Os serviços prestados serão acompanhados e fiscalizados por servidores designados pela CONTRATANTE, que atestarão o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais, inclusive quanto à qualidade dos produtos gerados ao longo da contratação, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93, além de atestar as faturas apresentadas pela CONTRATADA, devendo, ainda, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

12.8.2 A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8.3 Para fins de avaliação do cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos no presente instrumento, a CONTRATADA entregará, no final de cada mês, o Relatório Técnico Consolidado, contendo a situação das Ordens de Serviços homologadas pela CONTRATANTE no período de medição.

## 12.9 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO



ITEM	INDICADOR	AFERIÇÃO	NÍVEL MÍNIMO ACEITÁVEL	DESCONTO NA FATURA CASO O NÍVEL MÍNIMO NÃO SEJA ATINGIDO
1	Cumprimento de prazos das Ordens de Serviço do mês	Diferença entre a data prevista e a realizada, obtida no sistema de Ordens de Serviço	75% (setenta e cinco por cento) de cumprimento de prazo	5% (cinco por cento) do valor mensal da fatura
2	Conformidade dos artefatos de projetos com a MGP-PF, entregues no mês	Os artefatos devem seguir os ditames da MGP-PF	90% (noventa por cento) de conformidade	5% (cinco por cento) do valor mensal da fatura
3	Quantidade de projetos em execução para cada colaborador	Conferência da distribuição de projetos por meio do sistema de gestão de projetos	Até 6 (seis) projetos, simultaneamente, por colaborador	5% (cinco por cento) do valor mensal da fatura
4	Comparecimento às reuniões	Confirmação de presença através do sistema de Ordens de Serviço	20 (vinte) minutos de atraso, por reunião	0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal da fatura
			Ausência injustificada após confirmação de presença, por reunião	5% (cinco por cento) do valor mensal da fatura

Tabela 3 - Níveis Mínimos de Serviços

- 12.9.1 Os primeiros 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do Contrato serão considerados como período de adaptação e ajustes, durante o qual a CONTRATADA deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários no dimensionamento e qualificação das equipes, adequação de processos internos, implantação de ferramentas e outras transições necessárias, de modo a assegurar a execução satisfatória dos serviços.

### 13 VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 13.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser



prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, considerando a natureza continuada dos serviços.

#### **14 DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

- 14.1 A CONTRATADA se compromete individualmente – em conformidade com o parágrafo único do artigo 111 da Lei Federal nº 8.666/93 – a participar de atividades de transição contratual e a transferir para o CONTRATANTE e/ou para outra empresa por este indicada todo o conhecimento gerado na execução do(s) serviço(s); incluindo dados, documentos e elementos de informação utilizados.
- 14.2 A CONTRATADA deve, ao término de cada Ordem de Serviço, repassar todos os documentos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo códigos-fonte, documentação de programas, diagramas e especificações.
- 14.3 Na transição contratual final, todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução do projeto ou serviços contratados deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE ou empresa por ela designada em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a finalização do contrato.
- 14.4 O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela CONTRATANTE, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de CONTRATO, sujeitando-a as obrigações em relação a todos os danos causados à CONTRATANTE por esta falha.
- 14.5 A transferência de conhecimento das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, por meio de eventos específicos, preferencialmente em ambiente disponibilizado pela CONTRATANTE, e baseados em documentos técnicos e/ou manuais específicos da solução desenvolvida. O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pela CONTRATANTE.

#### **15 REAJUSTE**

- 15.1 Os preços contratados serão fixos e irredutíveis, exceto na hipótese de haver prorrogação de vigência contratual, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - nos termos da lei, ou, na falta desse, por índice equivalente estabelecido pelo governo federal.

#### **16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 16.1 Cumprir a MGP-PF, respeitando os processos, modelos de artefatos, ferramentas de software, tecnologias e critérios de aceitabilidade prescritos.
- 16.2 Garantir que todas as entregas efetuadas estejam compatíveis e totalmente aderentes à MGP-PF e aos padrões adotados pelo CONTRATANTE, devendo as exceções ser expressamente autorizadas por esta.
- 16.3 Garantir que seus empregados participantes do contrato tenham sólidos conhecimentos em gestão de projetos baseada em PMBOK, com o mínimo de 1 (um) ano de experiência nessa área, e com formação



superior em TI ou formação superior em qualquer área, mas com pós-graduação em TI.

- 16.4 Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião com uma equipe de técnicos da CONTRATANTE para alinhamento de expectativas contratuais. A CONTRATANTE fará a convocação do representante da empresa e fornecerá previamente a pauta de reunião.
- 16.5 Prover, às suas expensas, enlace de comunicação de dados para conexão de suas instalações às da CONTRATANTE, de forma a permitir o acesso dos profissionais alocados na execução dos serviços do contrato aos ambientes tecnológicos e repositórios eletrônicos de artefatos providos pela CONTRATANTE.
- 16.6 O PAGAMENTO referente ao contrato objeto desta licitação ficará condicionado à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 2º da Lei nº 9.012/95 e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.
- 16.7 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do DPF, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços.
- 16.8 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução das atividades previstas.
- 16.9 Reportar imediatamente aos fiscais designados pela CONTRATANTE qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do CONTRATO.
- 16.10 Submeter, tempestivamente, à CONTRATANTE os motivos de eventuais atrasos nas Ordens de Serviço que lhes forem emitidas, ajustando novos prazos, se for o caso.
- 16.11 Quando solicitados pela CONTRATANTE, prestar os esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação.
- 16.12 Regularizar as falhas nos serviços objeto do presente termo, sem quaisquer ônus e quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades;
- 16.13 Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes.
- 16.14 Encaminhar, no início da execução do contrato e quando houver qualquer alteração no quadro alocado, carta de apresentação dos profissionais que atuarão nas instalações da CONTRATANTE, contendo os dados pessoais e, quando aplicável, informações relativas à habilitação e qualificação profissional.
- 16.15 Selecionar, administrar e capacitar, por seus meios e com exclusiva responsabilidade, o quadro de profissionais alocados ao contrato.
- 16.16 Fornecer crachá de identificação da CONTRATADA a todos os seus funcionários alocados na execução



de serviços nas dependências da CONTRATANTE, de uso obrigatório enquanto em atuação.

- 16.17 Comunicar prontamente à CONTRATANTE quando da transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissionais sob sua responsabilidade e que atuem nas dependências da CONTRATANTE, para que sejam tomadas as ações previstas nas políticas de gestão de identidades e de segurança orgânica da CONTRATANTE.
- 16.18 Restituir todos os recursos e equipamentos disponibilizados em função da execução do contrato, inclusive crachás, cartões de acesso e outros de propriedade da CONTRATANTE, em perfeito estado de uso, em até 5 (cinco) dias úteis do afastamento do colaborador que os detinha ou, para todos os colaboradores, em até 30 (trinta) dias do encerramento do contrato.
- 16.19 Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo legal.
- 16.20 Manter com vínculo empregatício, atendendo as legislações trabalhistas em vigor, todos os profissionais constantes do seu quadro permanente, que estejam dedicados à execução dos serviços contratados.
- 16.21 Realizar às suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários, na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados.
- 16.22 Pagar todos os impostos e taxas devidas sobre as atividades prestadas à CONTRATANTE, bem como as contribuições à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos, quaisquer insumos e outras despesas diretas e indiretas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados. Manter ainda rigorosamente em dia todas as obrigações devidas aos funcionários previstas no Acordo Coletivo de Trabalho em vigor.
- 16.23 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes em que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço ou em conexão com ele, ainda que verificados nas dependências da CONTRATANTE, por tudo quanto as Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.
- 16.24 Comunicar, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.
- 16.25 Responder por perdas ou danos que vier sofrer a CONTRATANTE ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA ou de seus prepostos, quando tais atos forem praticados na execução do objeto do contrato ou com acesso, informação ou meios obtidos em decorrência deste, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 16.26 Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura ocasionar à CONTRATANTE, ou a terceiros, durante a execução dos serviços, podendo a CONTRATANTE descontar o valor correspondente ao dano dos pagamentos devidos.
- 16.27 Responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos próprios utilizados para a execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por



perdas decorrentes de roubo, furto ou dano ocorridos em suas instalações.

- 16.28 Cumprir as normas de segurança orgânica e demais regulamentos da CONTRATANTE, enquanto atuando em suas instalações, exigindo de seus funcionários a fiel observância dos preceitos ali estabelecidos, especialmente quanto à utilização, manutenção e a segurança das instalações.
- 16.29 Disponibilizar ao Fiscal de Contrato, quando do início da execução dos serviços, termo de sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigentes na CONTRATANTE, assinado pelo representante legal da CONTRATADA.
- 16.30 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todos os assuntos de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, em particular quanto à salvaguarda de informações sigilosas, respondendo igualmente pelos atos e omissões de seus prepostos e funcionários.
- 16.31 Assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pela CONTRATANTE não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço eletrônico da CONTRATANTE, ou acessados a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas.
- 16.32 A CONTRATANTE, para todos os efeitos de aplicação das Leis nos 9.609/98 e 9.610/98 e regulamentos correlatos, será a única proprietária dos programas de computador e artefatos documentais relacionados ao seu projeto, implantação e utilização, produzidos pela CONTRATADA na execução do objeto contratual.
- 16.33 Os produtos originados do contrato não poderão, em hipótese alguma, ser cedidos, copiados e utilizados sem autorização prévia da CONTRATANTE.
- 16.34 É vedada a comercialização ou veiculação de publicidade direta ou indireta relacionada aos serviços prestados, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 16.35 O não atendimento do disposto nas cláusulas desse item ensejará a rescisão unilateral do contrato por parte da administração.
- 16.36 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 17.1 Permitir o acesso de servidores da CONTRATADA às suas instalações, para fins de execução do objeto contratual, nos momentos previstos em contrato ou no cronograma dos projetos, desde que previamente identificados e autorizados.
- 17.2 Disponibilizar local adequado e os meios materiais necessários para a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE, quando for o caso.
- 17.3 Tornar disponíveis à CONTRATADA as normas pertinentes à sua atuação na execução do contrato, bem



como o acesso aos ambientes tecnológicos requeridos para entrega do objeto do contrato.

- 17.4 Demandar os serviços objeto do contrato por meio de Ordens de Serviço endereçadas ao preposto da CONTRATADA e em acordo com o estabelecido na MGP-PF da CONTRATANTE.
- 17.5 Disponibilizar pessoal para trabalhar em conjunto com os técnicos da CONTRATADA nas etapas da execução do contrato, quando necessário.
- 17.6 Decidir sobre aceitação dos motivos de atrasos nas Ordens de Serviços destinadas à CONTRATADA.
- 17.7 Homologar os artefatos entregues pela CONTRATADA.
- 17.8 Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, em conformidade com os critérios de fiscalização do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências das condições e preços pactuados do contrato.
- 17.9 Comunicar à CONTRATADA, por meio de seu preposto, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades constatadas na execução dos serviços e que possa comprometer o bom andamento das atividades do CONTRATO.
- 17.10 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 17.11 Designar fiscais que atuarão para acompanhar, fiscalizar e atestar as faturas decorrentes da execução do contrato, conforme previsto no Art. 67 da Lei 8.666/93 e no item 12.8 do presente termo.
- 17.12 Instaurar processo administrativo para apuração dos descumprimentos contratuais pela CONTRATADA e determinação de sanções cabíveis.
- 17.13 Analisar e manifestar-se quanto à proposição, pela CONTRATADA, do uso de ferramentas diferentes das padronizadas, destinadas a garantir melhor desempenho na prestação dos serviços contratados, desde que seja possível compatibilizá-las as ferramentas padronizadas sem perda de informações necessárias à gestão do contrato.
- 17.14 Notificar a CONTRATADA, com antecedência de 30 (trinta) dias, para que a mesma possa se adequar e manter os níveis de serviços, nos casos em que houver a alteração das tecnologias ou metodologias utilizadas pela CONTRATANTE, ficando a critério da CONTRATANTE a decisão sobre as tecnologias e metodologias mais adequadas à prestação dos serviços.
- 17.15 Viabilizar a instalação de enlace de comunicação de dados provido pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, destinado a permitir o acesso dos empregados da primeira aos ambientes tecnológicos e repositórios eletrônicos de artefatos providos pela última e necessários à execução do objeto contratual.

## **18 CONTRATO**

- 18.1 A PF convocará a adjudicatária, para assinar o contrato, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a



contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Edital.

- 18.2 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela adjudicatária durante a vigência do contrato.
- 18.3 Se adjudicatária não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra LICITANTE, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais aplicáveis à adjudicatária que deixou de assinar o instrumento.
- 18.4 O prazo estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PF.

## **19 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 19.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Departamento de Polícia Federal, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

## **20 DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 20.1 Para a execução das obrigações assumidas, a PF exigirá da empresa vencedora em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 3% (três por cento) do seu valor total, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, que será liberada ou restituída somente após o término da vigência contratual e desde que não haja pendências.
- 20.2 O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.
- 20.3 O valor da garantia se reverterá em favor da PF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos por ventura verificados.

## **21 PAGAMENTO**

- 21.1 O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado Art. 40 Inc. XIV, "a" da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais/Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo a Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.
- 21.2 Caberá a CONTRATADA apresentar as Notas Fiscais correspondentes ao objeto do Contrato, no



estabelecimento indicado pela CONTRATANTE, a qual se responsabilizará pelo recebimento e liberação/atesto.

- 21.3 A CONTRATANTE deve encaminhar ao estabelecimento da CONTRATADA, no prazo estabelecido em regulamento específico, a Declaração de Retenção do Imposto ISSQN na fonte.
- 21.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF, CNDT e CADIN antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 21.5 Será procedida consulta “ON LINE” acerca da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhista com Efeito de Negativa junto a Justiça do Trabalho antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 21.6 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrente do presente processo.
- 21.7 As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente pelo responsável pela fiscalização do contrato, para as devidas retificações e permanecerá pendente até que todas as medidas saneadoras sejam tomadas;
- 21.8 Nos casos previstos no subitem anterior, não acarretará qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 21.9 A CONTRATADA deverá indicar, na Nota Fiscal/Fatura, o número do Contrato firmado com a PF, CNPJ da CONTRATANTE e ser entregue(s), pela CONTRATADA, ao(s) responsável(is) pela fiscalização deste Instrumento, que somente atestará(ao) e liberará(ao) as Notas Fiscais para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.
- 21.10 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela em atraso.

- 21.11 O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, a PF deverá exigir reforço da garantia.
- 21.12 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa da repactuação de preços dos contratos.
- 21.13 Se houver aplicação de multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente.

## **22 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas e glosas previstas neste Termo, em Contrato ou em Edital e demais cominações legais a CONTRATADA que:
- 22.1.1 Apresentar documentação falsa;
  - 22.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 22.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 22.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 22.1.5 Fizer declaração falsa;
  - 22.1.6 Cometer fraude fiscal;
  - 22.1.7 Não assinar o contrato;
  - 22.1.8 Deixar de entregar documentação exigida no edital;
  - 22.1.9 Não manter a proposta.
- 22.2 No caso da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas ou execução de serviço em desacordo com as regras contratuais, a CONTRATADA estará sujeita, além das glosas proporcionais à inexecução, às sanções previstas na legislação específica, podendo a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:



- 22.2.1 **Advertência**, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
- 22.2.2 **Multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal da fatura**, quando da ocorrência de inexecução parcial das obrigações estabelecidas neste Termo. Considera-se inexecução parcial a reincidência, por 3 (três) meses consecutivos, da prestação de serviço com Níveis de Serviço inferiores aos indicadores da Tabela 3, para cada indicador.
- 22.2.3 **Multa de 10% (dez por cento) do valor anual da contratação**, na hipótese de inexecução total das obrigações estabelecidas neste Termo.
- 22.2.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o DPF, pelo prazo de até 2 (dois) anos
- 22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 22.3 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 22.4 A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

## 23 ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 23.1 O CONTRATO decorrente da contratação poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.
- 23.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

## 24 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO À PROPOSTA

- 24.1 O contrato terá a seguinte fundamentação legal: Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000; Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 04, de 11 de setembro de 2014; Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, bem como a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 24.2 Serão partes integrantes do Contrato, independentemente de transcrição:
- 24.2.1 Termo de Referência e seus Anexos;



24.2.2 Proposta apresentada pela CONTRATADA.

## **25 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – IN nº. 01/2010-SLTI/MPOG**

25.1 A empresa CONTRATADA adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

25.1.1 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

25.1.2 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

25.1.3 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

25.1.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

25.1.5 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

25.1.6 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

25.1.7 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

25.1.8 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

25.1.9 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## **26 DOS CASOS OMISSOS**

26.1 A execução do contrato, decorrente da contratação, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.



## **27 DA SUBCONTRATAÇÃO**

27.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **28 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

28.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Brasília, 11 de janeiro de 2016.

---

**PCF Delluiz Simões de Brito**  
Integrante Requisitante  
Matrícula 8359

---

**APF Domingos Soares Santos**  
Integrante Técnico  
Matrícula 10732

---

**Paulo Rodrigo Brito e Silva**  
Integrante Administrativo  
Matrícula 19933